ASPECTOS PARA MELHOR CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS RESIDENCIAIS PARA DEFICIENTES VISUAIS

Ana Carolina dos Santos, Daniela de Cássia Gamonal Marcato

Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Especialização em Arquitetura de Interiores, Presidente Prudente – SP. E-mail: anasantos.di@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo almejou elencar os aspectos para melhor concepção e elaboração de projetos residenciais para deficientes visuais, a fim de melhor adaptar os espaços, pois este grupo é, normalmente (entre os deficientes), o menos favorecido com as adaptações que visam acessibilidade nas propostas da contemporaneidade. Justifica-se também a relevância do tema, quando nota-se a ausência de estudos específicos que demonstrem a criação de projetos de ambientes residenciais para deficientes visuais. Por fim, baseando-se em literatura, na norma 9050, em dados específicos e também, levando-se em consideração, as necessidades específicas de cada indivíduo, pode-se perceber quais os aspectos que são relevantes na projeção e concepção destes ambientes.

Palavras-chave: Arquitetura de Interiores. Norma 9050. Design Universal. Deficiente Visual. Ambiente Residencial.

ASPECTS FOR BEST DESIGN AND DEVELOPMENT OF RESIDENTIAL PROJECTS FOR VISUALLY HANDICAPPED

ABSTRACT

This study aspired to list the aspects for better design and development of residential projects for the visually impaired, in order to better adapt the places, because this group is usually (between disabled) the least favored with adaptations aimed at accessibility in contemporaneity proposed. Is also justified the relevance of the topic, when one realize the absence of specific studies that demonstrate the creation of projects for residential environments for visually impaired. Finally, based on the literature, the standard 9050, on specific data and also taking consideration the specific needs of each individual, one can see which aspects are relevant in projecting and designing of these environments.

Keywords: Interior Architecture. Standard 9050. Universal Design. Visually Impaired. Residential Environment.

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a deficiência com maior índice de indivíduos é a visual, porém, apesar de ser frequente, não é comum ver adaptações de espaços para este grupo especificamente.

O mais frequente é a busca de acessibilidade para cadeirantes ou deficientes físicos, entretanto, ainda são medidas precoces e nem sempre são adequadas. O fato de existir a preocupação já demonstra um avanço social, mas é preciso se elencar medidas para tornar os espaços mais acessíveis e mais presentes.

Justifica-se também a relevância do tema, quando nota-se a ausência de estudos específicos que demonstrem a criação de projetos de ambientes residenciais para deficientes visuais. Para tanto, este trabalho se organizou em torno de uma metodologia a fim de obter os aspectos objetivados. Também contemplou-se os tópicos: deficiência visual, Design (com ênfase em Design Universal), espaços residenciais e analisou-se a norma 9050.

Por fim, analisou-se quais aspectos necessários para melhor adequar espaços residenciais para deficientes visuais, visto que a acessibilidade, tão dita nos dias atuais, muitas vezes não abrange esse tipo de deficiência.

METODOLOGIA

O trabalho tem natureza monográfica onde esclarece-se que: Monografia, segundo Carvalho (2009) é o resultado de um estudo científico de um tema ou uma questão específica onde o resultado é obtido por meio de leituras, observações e críticas, podendo avançar no campo do conhecimento ao propor novas alternativas e abordagens.

A hipótese é que existem muitos deficientes visuais, mas poucos espaços (sejam eles públicos ou privados) são pensados para melhor atendê-los. Trata-se de uma análise qualitativa onde não há intervenção direta do pesquisador, ao qual o mesmo avalia aspectos espaciais e as necessidades subjetivas do usuário.

A análise de dados e resultados foi organizada e classificada em pontos de divergência e convergência entre a norma e o ideal (estabelecido através da literatura).

Para interpretar e verificar os dados obtidos utilizou-se o roteiro proposto por Dusilek (1986 *apud* Carvalho, 2009):

- Verificação de dados (IBGE e literatura especializada);
- Levantamento de pressupostos (como o Design poderia auxiliar neste contexto);
- Análise materiais e fontes (Norma e visita técnica);

- Se existem técnicas utilizadas para melhoramento do espaço (busca em artigos e livros especializados);
- Se existe algum esquema na referência teórica (busca em artigos e livros especializados);
- Se existem erros lógicos que verifiquem o sistema de análise;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O DEFICIENTE VISUAL

De acordo com a Sociedade Brasileira de Oftalmologia (SBO) (2014) “visão é a capacidade de transformar estímulos oriundos dos objetos que nos cercam, em imagens permitindo sua identificação e localização”.

Sá et. al. (2007, p. 15) contextualizam que:

“A visão reina soberana na hierarquia dos sentidos e ocupa uma posição proeminente no que se refere à percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens que estruturam a composição de uma paisagem ou ambiente.”

Contudo, dados do IBGE de 2014 demonstram que cerca de 35,7 milhões de pessoas enfrentam alguma dificuldade visual, em 2014, 18,8% da população brasileira é portadora dessa deficiência. Entende-se, desta maneira, que trata-se de uma parcela significativa e deve ser estudada, viabilizando assim, qualidade de vida a este grupo.

A Fundação Dorina Nowill (2014) complementa que a deficiência visual é definida como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão. O nível de acuidade visual pode variar, por esta razão é relevante se determinar que:

- Cegueira: Quando há perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, o que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita.
- Baixa visão ou visão subnormal: Caracteriza-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção. As pessoas com baixa visão podem ler textos impressos ampliados ou com uso de recursos óticos especiais.

Como este estudo volta-se também ao público que apresenta subvisão, é necessário entender suas dificuldades. Castro (1994) define a subvisão como a redução da capacidade visual (chamado também de resíduo visual). Existem assim, 4 grupos:

- Grupo I: Aquele onde é indicado o aprendizado do Braille cujo resíduo visual é muito pequeno;
- Grupo II: Uso do auxílio ótico e treinamento, onde haverá alguns pequenos ganhos visuais;

- Grupo III: Com auxílios visuais (de perto e de longe), apresenta algum resultado;
- Grupo IV: Com recursos visuais podem trazer um bom resultado e melhora visual, apesar do auxílio visual especializado se prioritário, este não desqualifica concomitantemente a melhoria dos espaços, uma vez que, para todo deficiente é essencial que se tenha autonomia, apontam os autores Castro (1994) e Alves (2008).

DESIGN

Em cada projeto em primeiro lugar deve-se questionar a importância que ele terá para a sociedade, se o resultado do processo de planejamento, bem como sua configuração é sensata, se há aspectos negativos a considerar, repensando-os.

De acordo com Melo & Baranauskas (2005) pode-se ainda considerar o design de modo universal (*Universal Design*) - termo surgiu e foi definido inicialmente pelo Centro para o Design Universal na *North Caroline State University* (EUA) - vendo a possibilidade dos design de produtos e de ambientes tornarem-se mais acessíveis a todos os usuários, sem a necessidade de adaptação ou design especializado. É também conhecido na Europa como “Design para Todos” (*Design for All*).

Francisco e Menezes (2011) reforçam que o Design Universal (D.U) é descrito como a intervenção sobre espaços, produtos e serviços com a finalidade de permitir a todos o acesso com igualdade de condições, independente da idade, gênero, capacidade e nível cultural entre outros aspectos. Entretanto, aponta-se que o Design Universal se opõe, ideológica e politicamente, a todas as soluções especializadas quer se destinem a pessoas com incapacidades ou a outros grupos da população.

Melo & Baranauskas (2005), Francisco & Menezes (2011) e Duarte & Cohen (2004) listam que o Design Universal, baseia-se em alguns princípios, sendo eles:

- a) uso equitativo - o produto do design deve ser útil e pode ser adquirido por pessoas com habilidades diversas;
- b) flexibilidade no uso - o resultado do design deve acomodar uma grande variedade de preferências e habilidades individuais;
- c) simples e intuitivo - o uso do design deve ser fácil de entender, independentemente da experiência, do conhecimento anterior, das habilidades linguísticas ou do nível de concentração corrente;

- d) informação perceptível - o produto do design deve apresentar a informação necessária ao usuário efetivamente, independentemente das condições do ambiente ou de suas habilidades sensoriais;
- e) tolerância ao erro - o produto do design deve minimizar o risco e consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais;
- f) baixo esforço físico - o produto do design deve ser usado efetivamente, confortavelmente e com um mínimo de fadiga;
- g) tamanho e espaço para aproximação e uso - o tamanho e espaço apropriados devem ser oferecidos para aproximação, alcance, manipulação e uso independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário.

Observa-se que os princípios do D.U. servem para facilitar o manejo de qualquer produto que for projetado. O D.U. interfere diretamente nos produtos de consumo, nas telecomunicações e tecnologias de informação e permite que as minorias sejam incluídas quando qualquer objeto ou ambiente é projetado através dos seus princípios.

RESULTADOS

Após a leitura da Norma 9050 e sua posterior comparação com os princípios citados acima percebeu-se que:

- a) A norma permite a funcionalidade do espaço, mas não o torna convidativo ou aconchegante;
- b) A norma serve para ditar meios de adaptação, mas a adaptação pura e simples, não traz bem estar pleno, uma vez que o indivíduo tem sua natureza e necessidades próprias;
- c) A norma é geral. Serve para ditar as necessidades de um grupo, mas por si só, quando aplicada sem reflexão, faz com que o grupo tenha que se adaptar ao espaço e não é uma premissa de projeto, pois o espaço que deve se adaptar ao grupo/usuário.
- d) Norma e os princípios do Design Universal: Estes não são contemplados com plenitude na norma, ela define design universal, mas trata as deficiências segundo suas especificidades.

Sendo assim, a norma não é suficiente. Embora necessária enquanto uma ferramenta a ser agregada ao projeto, não pode ser o único aspecto contemplado.

Por tanto, levando-se em consideração o estudo bibliográfico e os dados até então apresentados e o indivíduo e suas necessidades, aponta-se que ao desenvolver um projeto é necessário a produção do *Briefing* e de uma Metodologia Projetual consistente além de apresentar e vislumbrar alguns aspectos listados a seguir:

- Reorganizar e dispor os móveis de forma a tornar os ambientes simples e práticos;
- Colocar os objetos em lugar concreto e determinado, de acesso fácil;
- Evitar obstáculos aéreos como portas de armários, se possível confeccionando-as todas de correr (Quinas, portas e objetos pendurados, podem ser verdadeiras armadilhas);
- Sinalizar qualquer móvel instalado acima de 60 cm do chão;
- Criar contraste de cores e texturas nas paredes, mobiliário e piso (relação entre figura e fundo deve ser clara);
- Evitar o acúmulo de obstáculos como tapetes, mesinhas de centro, objetos espalhados, etc;
- Colocar barras de apoio nos banheiros, a fim de dar a sensação de segurança e localização;
- Evitar o uso de objetos que causem acidentes, trocando, por exemplo, a toalha de mesa pelo jogo americano, evitando que a pessoa enrosque nas mesmas;
- Etiquetar em braile ou relevo para reconhecer cada objeto, condimento, alimento, ou ambiente (texturas ou formas em gavetas, como na figura 2 e etiquetas nos cabides ou nas próprias roupas, facilitam na hora de escolher o visual);
- Viabilizar a instalação de dispositivos sonoros para facilitar atividades do dia a dia;
- Fixar objetos de uso frequente ou pessoal como telefones, controles, interruptores, escovas de dentes e outros;
- Entender o nível de severidade visual para compor, notando se é necessário mais textura ou mais cor e etc.;
- Listar gostos do usuário, bem como quando este é cego, perguntar se existem texturas que agradem mais o tato para a composição do espaço;
- Indicar através de cheiros (segundo o gosto do usuário) os espaços;
- Buscar que o indivíduo tenha os sentidos disponíveis através da composição plena;
- Criar pontos de referência no espaço através de móveis, paredes, barras, escritas em braile, símbolos colocados de tamanho grande com texturas e etc.;
- Criar boa iluminação no espaço, se possível, diferenciar cores e tipos de iluminação, sendo a pontual nos locais de leitura e tarefas;
- Colocar piso antiderrapante;
- Evitar desníveis de piso;
- Instalar dispositivos de alerta de incêndio e vazamento de gás;
- Evitar mobiliário em excesso;
- Retirar fios de telefone ou outros das áreas de circulação;

- Sugerir móveis com quinas arredondadas ou almofadadas;
- Instalar sensor de presença para iluminação;
- Evitar o uso de vidro em móveis.

Entendeu-se que os aspectos elencados (resultado deste estudo) podem melhor adaptar o espaço residencial tanto para deficientes visuais quanto para pessoas com acuidade visual normal.

DISCUSSÃO: ESPAÇOS RESIDENCIAIS E A ARQUITETURA E DESIGN DE INTERIORES:

Segundo Mancuso (2012), antigamente, cada cômodo tinha sua função predeterminada: a cozinha era dedicada à mulher e apenas nas refeições, tinha a função de reunir a família; salas eram divididas em jantar e estar, esta segunda citada era usada com muito menos frequência sendo apenas para receber visitas; os quartos, somente para o repouso.

Analisa-se que o crescimento do número de idosos aliado a busca pela melhora da qualidade de vida, mudança de mentalidade da sociedade e a agilidade cotidiana fez com que o ambiente fosse visto como um “refúgio”, como um local prático e de essencial importância para dar autonomia e conforto ao usuário.

Outro aspecto relevante é a valorização do metro quadrado, tornando as casas mais compactas e instituindo a mudança no uso dos espaços e a busca por maior usabilidade, uma vez que com a sobreposição dos ambientes devem cumprir várias funções. Um exemplo da preocupação com a melhor adaptação do espaço/objeto/móveis para o usuário, é a sinalização em móveis para pessoas com deficiência visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É senso comum que trabalhar para uma pessoa que vê plenamente é mais simples, pois ela aponta e indica as expectativas visuais e de configuração do espaço, contudo, como fazer que um deficiente visual sinta-se bem em um espaço que ele vê pouco ou não vê?

A partir deste questionamento, notou-se que poderia viabilizar uma contribuição social do designer ou arquiteto de interiores. O fato de existir pouca referência na área sob este enfoque demonstrou a urgência e instigou o desenvolvimento deste estudo.

No decorrer do artigo, percebe-se que a norma traz uma visão geral e necessária a fim de fomentar melhores adequações dos espaços públicos e residências para deficientes visuais, porém também é segregadora e incompleta.

A necessidade do *Briefing*, bem como aspectos práticos, estéticos e simbólicos e a escolha de um método projetual, são essenciais para o desenvolvimento de um projeto para um usuário, respeitando suas particularidades e generalidades.

Quando se analisou os aspectos estéticos e simbólicos, notou-se que a visualidade é essencial mesmo para alguém que não enxerga. O fato é que o visual deve ser mais pensado, sendo estratégico no projeto. Algumas pessoas ditas cegas tem percepção de algumas cores e luzes, já as pessoas com subvisão tem um resíduo visual, ou seja, enxergam.

Assim, necessita-se de aparatos adicionais como textura, cor e tamanho para viabilizar sua percepção e leitura espacial. Neste viés, o visual, torna-se mais importante do que para alguém com acuidade visual normal, pois auxilia na locomoção, autonomia e percepção do ambiente.

Almeja-se que este artigo possa contribuir para outros estudos. Aponta-se também algumas possíveis diretrizes futuras onde poder-se-á observar a questão moveleira, espaços comerciais, prédios públicos entre outros para tornar o Design Universal mais presente.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. C. M., Construindo o Saber: Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas, 20 ed, Campinas: Papirus, 2009.

DUARTE, C. R. S, COHEN, R., Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ – Possível ou Utópico? São Paulo, 2004.

FRANCISCO, P. C. M., MENEZES, A.M., Design Universal, Acessibilidade e Espaço Construído, 2011.

LIMA, E. L.; NASSIF, M. C. M e FELIPPE, M. C. G. C. Convivendo Com a Baixa Visão: da Criança à Pessoa Idosa. 1. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008.

MANCUSO, C., Arquitetura de Interiores e Decoração: A Arte de Viver Bem, 9 ed, Porto Alegre, 2012.

MELO, A. M., BARANAUSKAS, M. C. Design e Avaliação de Tecnologia Web-acessível. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, 25.; JORNADAS DE ATUALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA, 2005, São Leopoldo-RS, 25 à 29 de julho. Anais... p. 1500 - 1544.

SÁ, E. D. de, CAMPOS, I. M. e SILVA, N. B. C. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

DEMAIS REFERÊNCIAS:

ABNT 9050, Norma de Acessibilidade. Associação Brasileira de Normas Técnicas.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, <http://www.fundacaodorina.org.br/>, Acesso em 23 de Abril de 2014.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), <http://www.ibge.gov.br/>, Acesso em 10 de Maio de 2014.

S.B.O.(Sociedade Brasileira de Oftalmologia), <http://www.sboportal.org.br/>, Acesso em 10 de Maio de 2014.